

Ceilândia: a segurança não vai à aula

Com apoio dos pais, alunos fazem protesto e pedem proteção e merenda

Aproximadamente 300 estudantes da Ceilândia protestaram ontem contra a falta de segurança nas escolas. O estopim para a manifestação foi o estupro sofrido por uma das professoras do Centro de Alfabetização, ao lado da administração regional. Ela foi agredida às 12h16, no dia 5, na área interna da escola, quando saía para o almoço.

O protesto dos estudantes ceceu às 8h30, na administração regional da satélite, situada a menos de 50 metros do Centro Educacional nº 3, cuja área inclui o Centro de Alfabetização. Os estudantes permaneceram na sede da administração até que uma comissão fosse recebida pelo administrador Clarindo Rocha, que prometeu levar o problema ao futuro governador.

Os alunos, crianças e adolescentes, foram apoiados por muitos pais, que protestaram também contra a falta de material e de merenda. Conforme a diretora do Centro de Alfabetização, Isauete Carneiro de Sousa Abrantes, o batalhão da Polícia Militar da Ceilândia foi procurado na última semana, "mas avisaram que poderiam colocar um policial na escola somente por 15 dias". A direção da escola decidiu então convidar a comunidade a discutir o assunto. Depois de várias reuniões entre pais, alunos e professores, decidiu-se realizar o protesto.

As 10h, os estudantes decidiram seguir em passeata por aproximadamente dois quilômetros até a 2ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia Militar, na QNN 6. A caminhada foi tranqüila e os estudantes aproveitaram para lançar as palavras de ordem pedindo mais segurança nas esco-

las. Até uma música do conjunto "Ultraje a Rigor", intitulada "Rebelde sem Causa", foi parodiada: "Não vai dar, assim não vai dar. Polícia só no papel, não dá mais para segurar".

Dois radiopatrulhas da PM seguiram os estudantes até o quartel da 2ª Companhia, onde policiais fizeram um cordão de isolamento, evitando que os estudantes passassem da lateral para a frente do quartel. Vários professores e o representante dos estudantes, Aldi Roldão Cabral, foram recebidos pelo comandante da Companhia, capitão Edson.

Os representantes da comunidade solicitaram uma explicação para a extinção do policiamento ostensivo nas escolas, sobre a formação dos policiais e uma justificativa para "o grande número" de policiais nos sinais de trânsito da satélite. O capitão Edson falou ininterruptamente por 20 minutos, explicando a problemática da segurança na Ceilândia.

Segundo ele, que pediu desculpas à comissão pelo cordão de isolamento, os policiais foram retirados das escolas para que as Rondas Ostensivas Candango (Rocan) pudessem ser formadas. Acrescentou que procura empregar o efetivo de 200 homens no policiamento de trânsito, radiopatrulha e no policiamento ostensivo a pé, "inerentes à corporação".

Depois de explicar o funcionamento da Rocan e os problemas advindos com um efetivo reduzido, o comandante da companhia anunciou que foram criadas as Rondas Escolares, que ainda não entraram em funcionamento por causa de "problemas administrativos".

ADAU TO CRUZ



No ato, alunos pedem segurança e lembram o "Ultraje a Rigor"

Escolas instalam grades

Algumas escolas da Ceilândia já conseguiram uma solução para evitar que alunos e professores sejam agredidos em sala de aula: a colocação de grades nas janelas e o isolamento dos blocos de sala de aula do pátio da escola. A solução "antiga" já foi empregada por praticamente todas as escolas do Setor O e deu bons resultados, conforme a diretora da Escola Classe Pedro I, Aldina de Figueiredo. A segurança, no entanto, se limita à parte interna da escola.

A Escola Classe Pedro I, que atende aproximadamente a 1 mil 400 alunos de 1ª a 4ª série, foi uma das últimas do Setor O a colocar as grades nas janelas e a construir paredes entre os blocos de sala para impedir o acesso exter-

no ao pátio, que agora é feito somente pelo portão principal. As obras foram concluídas em março e o custo da obra foi pago pela FEDF e pela comunidade de pais e professores.

Segundo a diretora, a obra foi feita a pedido da própria comunidade que se via angustiada com a falta de segurança. Ela conta que antes da colocação das grades era comum desconhecidos entrarem na escola para importunarem alunos e professores, jogando pedras e outros objetos, além de roubar bolsos e materiais da escola, como torneiras. "Agora, professores e alunos estão muito tranqüilos, as aulas são dadas normalmente e o rendimento é bem melhor", garante ela.

Sem planilha, CEDF cuida só de eleição

O Conselho de Educação do DF não recebeu as planilhas de custo das escolas particulares, o que impediu, na reunião de ontem, uma análise sobre as novas mensalidades a serem cobradas pelos estabelecimentos. Durante a plenária, outro tema que ocupou a pauta foi a eleição do presidente do órgão, concentrando os debates em torno da disputa, apuração e efetivação do comando.

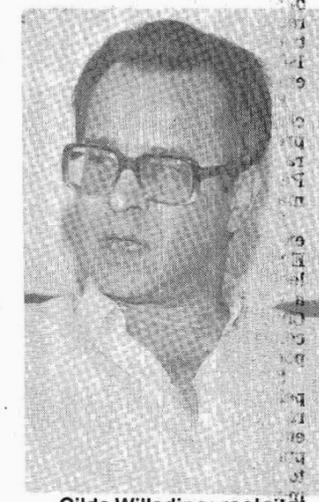
Os conselheiros reconduziram ao cargo o presidente Gildo Willadino — há nove anos no posto — reeleito para um mandato de dois anos. Sem deliberações quanto aos valores cobrados pelo ensino particular, os membros do CEDF envolveram-se em três escrutínios seguidos, até que uma contagem apertada encerrasse a apuração — 6 votos contra cinco (estes, referentes à candidata Yesis Passarinho).

Outro que permanecerá na função é o vice-presidente Carlos Fernando Souza, que pela mesma margem de sufrágios se sobrepôs a Júlio Gregório. Nenhuma das "chapas" recebeu rótulos, apesar da evidência situacionista. Na primeira fase de votação, os candidatos não atingiram a exigência estatutária — maioria simples dos 12 membros. O resultado baseou-se na contagem dos presentes, permitido pelas normas somente em segundo escrutínio.

MENSALIDADES

Segundo Júlio Gregório, chefe da Divisão de Inspeção de Ensino da FEDF, o conselho não deliberou a questão das mensalidades, por um ato "deselegante" do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), que não enviou os dados referentes a cada unidade educacional. Disse que as planilhas de custo foram diretamente remetidas à Sunab e ao Codecon, inviabilizando uma análise com antecedência.

Ressalta que no acordo firmado pelos órgãos de fiscalização,



Gildo Willadino: reeleito

normativos e classistas, no sentido de avançar nas resoluções sobre as mensalidades, ficara estabelecido que o Sinepe providenciaria o envio dos cálculos das escolas particulares a toda as entidades envolvidas. Os novos valores — o percentual de aumento é de 255,56 por cento, em relação ao cobrado em dezembro passado — devem sair extraordinariamente.

Gregório acrescentou que hoje de manhã poderá adiantar o processo, tendo em vista o programa de computador criado no âmbito da Sunab. A informatização permitirá o cálculo das mensalidades (nos termos do Decreto nº 95.921), apenas fornecendo o nome da escola e o valor praticado em dezembro último. O sistema, afirma o conselheiro, possibilitará simplificar o esquema, fornecendo as mensalidades de janeiro a novembro de 88. Os 62 estabelecimentos privados, onde professores e direções chegaram a acordos individuais, só terão seus aumentos homologados quando o Sinpro — Sindicato dos Professores — enviar o relatório dos estabelecimentos.